



Poesia e democracia no Brasil: *Golpe: antologia-manifesto*

Mariana Sierra*

Depois do golpe parlamentar de 2016, apareceram algumas perguntas sobre a função da poesia após um governo de base social e democraticamente eleito ser afastado e substituído por outro sem nenhuma base popular. Dada sua gravidade, parece que escrever poesia sobre o incidente é uma tentativa inocente e até inútil. Porém, a poesia é um gênero que se expressa através da subversão, da recriação do espaço, da expressão que flui a partir da subjetividade. Uma subversão cujo fim é também político: uma tomada de consciência sobre os acontecimentos.

Nesse sentido, a coletânea *Golpe: antologia-manifesto*, lançada em 2016, resulta fundamental para compreender o papel da poesia na busca de uma tomada de consciência e no questionamento de eventos e circunstâncias. É importante salientar sua natureza de obra coletiva que recorre a diversos meios (caricatura, fotografia), seu formato online, gratuito e de fácil acesso a um público amplo, além dos diversos caminhos, artísticos ou não, percorridos pelos seus participantes. Assim, merece destaque não só pelo caráter contemporâneo de sua forma, mas também pela encenação de múltiplos olhares e percepções sobre um mesmo tema. A partir desses aspectos, analisaremos sua contribuição, especialmente no “Prefácio” e no

* Doutoranda no Programa de Espanhol e Português da Universidade de Novo México, nos Estados Unidos.

poema “todos sabem”, para a criação de um espaço democrático no qual o dissenso é o princípio básico.

“Prefácio” ou manifesto

“O golpe aparece quando a poesia
desaparece”.

Marcia Tiburi

O prefácio escrito por Marcia Tiburi é diferente do esperado de discurso destinado a destacar as qualidades de um livro. Em vez disso, começa pela afirmação: “Não há poesia depois do golpe”. Esta frase evidencia um singular paradoxo: talvez a poesia já não seja poesia, mas outra coisa. Porém, os paradoxos não acabam aí, pois depois vem outro: “A poesia não é sobre o golpe”. Acontece que o título e o conteúdo comprovam que o livro é sobre poesia e que seu tema principal é o golpe de 2016. Mas, de acordo com a autora, se “não há poesia depois do golpe” e a “poesia não é sobre o golpe”, então realmente a poesia existe depois desse acontecimento? E se há poesia, como deve ser ela entendida?

Uma parte da resposta subjaz na palavra “manifesto” do título. Os manifestos estiveram muito presentes durante as vanguardas do começo do século XX e verbalizavam a posição ideológica e política de seus participantes. Grupos de poetas e artistas, como os futuristas e os surrealistas, expressavam o que desejavam celebrar ou rejeitar em um tom declamatório, alto, dramático e, sobretudo, que chamasse a atenção. Todos esses aspectos aparecem no manifesto de Tiburi e, especialmente, a afirmação coletiva inerente a esse tipo de escrito. As alusões persistentes à poesia e sua conexão/função com o golpe confirmam – de acordo com os

escritores, artistas e fotógrafos que participam da antologia – seu papel enquanto inimiga do golpe:

Não existe poesia depois do golpe. O que existe é poesia contra o golpe. O golpe surge, a poesia se insurge. A poesia contra o golpe é o cuspe, a pedrada, o soco, o pontapé, o pneu em chamas, as vias impedidas, a greve geral. A poesia é o fora do texto para onde o texto olha a abrir com as armas perigosas da palavra a passagem para a vida revolucionária (Tiburi: 2016, 8).

A estratégia retórica de negar a poesia depois do golpe só para depois afirmar que ela deve ser revolucionária funciona muito bem para chamar a atenção e, ao mesmo tempo, questionar o lugar-comum que lhe é atribuído. A poesia que o prefácio-manifesto parece negar é uma poesia não centrada na origem e nas consequências do golpe, ou seja, dada ao escapismo. Escapar é impossível, segundo o texto. O golpe preenche todos os espaços, por isso a poesia não pode ficar alheia. Para entender como todos os espaços são preenchidos, basta ver os retrocessos sociais, econômicos e relativamente à inclusão e à participação política de mulheres, negros e jovens. Assim, a poesia retoma uma função que lhe foi dada desde seu início, de potencializar a participação de múltiplas vozes e percepções que instauram o dissenso; uma situação que deveria ser a condição básica da democracia, como veremos adiante.

Poesia e democracia: dissenso como um princípio

Os gregos são um exemplo da importância da poesia para a democracia. Segundo Aristóteles, a linguagem poética reflete um

ideal democrático e está baseada na premissa do bem comum (Wilson: 2011, 260). Em clara oposição a Platão e sua rejeição da poesia como linguagem que distorce a verdade, Aristóteles a vê como uma forma única de discurso e argumento. Essas contribuições são o começo da valorização da poesia para a argumentação democrática.

Depois dos gregos, outras percepções sobre a função da poesia e do literário explicam por que esse tipo de discurso auxilia as aspirações democráticas de voz e participação. Em entrevista, Jacques Rancière afirmou que suas ideias sobre o poder do discurso literário para as políticas do dissenso começaram com a ideia platônica de que a silente palavra escrita sempre influencia, o que faz com que ela esteja disponível para aqueles que dispõem do poder de usá-la e aqueles que não (Rancière: 2000, 115). A disponibilidade das palavras sem que importe o lugar do enunciador ou do interlocutor conduz ao que Rancière denomina de “excesso de palavras” ou “literariedade”. Como excedente, essa “literariedade” é relevante porque abrange a interrupção do “adequado” através do uso de palavras “inúteis”, que rompem uma designação rígida e a repressão exercida por aqueles que se declaram falar corretamente e contra a proliferação de palavras e de seus usuários (Rancière: 2000, 115).

A política aparece no uso da “literariedade” como interrupção e reconfiguração do que é dado e estabelecido por aqueles que detêm o poder de tomar decisões que afetam a maioria. Em outras palavras, a expressão da “literariedade” pode aparecer como um arranjo que contesta uma situação estabelecida, através da emergência da voz. Essa voz não é nada menos que a emergência do político graças à expressão do dissenso como uma interrupção de certas práticas e ordens. De maneira que é possível argumentar que a literariedade ou o discurso poético/literário serve aqui para expressar divergên-

cia ou dissenso de uma maneira que torna o político “a instituição de uma parcela dos sem parcela” (Rancière: 1996, 26). Nas páginas seguintes, descrevemos como esse dissenso está configurado e como a democracia é representada no poema “todos sabem”.

“todos sabem” e o paradoxo da democracia

Esse poema apresenta dois momentos: uma imagem da vida de cada dia e um estado de exceção porque houve um golpe. “todos sabem” inaugura a antologia e é representativo da situação paradoxal que prevalece no país na atualidade: cenas de uma vida em que se ignora o que está acontecendo no terreno político. Tudo continua da mesma maneira, inclusive após o golpe. Esse afastamento do povo da tomada de decisões é o centro do paradoxo da democracia. Segundo Chantal Mouffe, esse paradoxo aparece como a existência, dentro da democracia liberal, de duas tendências diferentes: o elemento da soberania popular e o governo daqueles que, fora desse *demos*, governam observando o “respeito aos direitos” (Mouffe: 2000, 4).

Um dos aspectos notáveis do poema é a presença do político próprio da literariedade, através da longa enumeração e do uso do espaço e do hífen. O sujeito “as pessoas” é seguido de uma extensa descrição que inclui ações do cotidiano: “jantam / guardam a louça / tomam café / fumam / urinam / transam / contam piadas / fazem planos de viajar, tomar sol, mudar os móveis da casa / se previnem, ou não, contra o HIV, o H1N1 e o aedes” (p. 12). Como enumeração, chama a atenção a ênfase em ações do cotidiano de pessoas de classe média ou média alta que “brigam pelo direito a uma vaga no estacionamento do shopping” (p. 12). Assim, nessa primeira parte do poema a função específica dessa longa enumeração é ressaltar a continuidade e a coerência das ações em relação à classe

social a que se referem. Uma lista nunca repetitiva que possibilita a identificação dessa classe específica dentro de uma cotidianidade na qual se reconhece: “as pessoas escrevem artigos, publicam poemas, produzem chips / e pneus” (p. 12). É curioso que a listagem sofra uma interrupção no momento em que aparece um “eu” e uma peculiar ironia: “vejo / daqui da janela / os prédios em seus lugares, as casas em seus lugares / os pés e as cabeças das pessoas nos seus mesmos respectivos / lugares” (p. 12). Essa afirmação demonstra uma anomalia presente na continuidade da rotina das pessoas apesar do que aconteceu, apesar do golpe. Com este fechamento irônico, acaba a introdução do poema.

Por outro lado, o uso do hífen permite a divisão entre a rotina diária das pessoas e o golpe descrito como uma pergunta: “a nação foi usurpada?” (p. 13). O hífen também destaca essa separação a fim de insistir na falta de consciência sobre a seriedade da situação, já que a população parece retirar-se do político. Assim, as pessoas descritas na primeira parte do poema, com sua educação e suas possibilidades econômicas, participam do golpe na medida em que, com sua passividade, contribuem para o sucesso dele.

Essa falta de envolvimento com a política expressa, além disso, a possível existência de consenso. O consenso, segundo Chantal Mouffe, é uma condição perigosa para a democracia enquanto espaço de confrontação, de encontro de identidades e posições diversas. Para ela, o consenso é a expressão de “uma hegemonia e uma cristalização das relações de poder” (Mouffe: 2000, 60). O consenso é também a reificação da identidade das pessoas, que é reduzida e homogeneizada. Esse último aspecto do consenso é o mais problemático para a teoria democrática proposta por Mouffe, visto que o fortalecimento das instituições dentro do paradigma da democracia liberal manterá

as lutas entre diversos interesses e identidades. Em outras palavras, o consenso é contrário ao pluralismo e ao questionamento capazes de permitir o dinamismo das relações de poder. No poema, manifesta-se um consenso da classe média tradicional, que não reage porque, em realidade, é coadjuvante do golpe, ao concordar com a classe dominante, que é contrária à diversidade. Assim, as pessoas “maquinaram o golpe / e o país / vive neste exato momento / em estado de exceção” (p. 12).

Depois de “as pessoas maquinaram o golpe”, abre-se uma segunda parte, bastante diferente. A mudança mais significativa é que o sujeito já não são pessoas nem gente, senão uma percepção dos pobres, dos negros e das minorias. “a voz dos pobres, dos pretos, dos índios / é divertida / o ditador ri / fala em defesa da família / da moralidade, do brasão com seu nome / sobram aplausos” (pp. 13-4). Em contraposição à passagem anterior, as pessoas sem posse ou dinheiro e que não são brancas não têm agência. Já não há ações, como na primeira parte do poema, e sim percepções que podem vir do poeta ou de fora. Nessa expressão que parece vir de um lugar exterior ao poema, a literariedade toma outra direção: a desigualdade e a tensão entre classes. Os versos: “eles não são exatamente gente”, “mal sabem pegar elevador, escada rolante” e pronunciam “conzinha” revelam a voz de alguém externo, talvez um representante da elite ou da classe média tradicional. As aspas de “eles não são exatamente gente” (p. 14) parecem demonstrar justamente que essa outra voz não é do poeta. A discriminação aparece porque eles não sabem falar corretamente e pronunciam “conzinha” ou porque “não sabem” usar elevador nem escada rolante.

A oposição entre “gente” e “não gente”, presente no verso anterior, também lembra as reações discriminatórias de pessoas ricas

e da classe média tradicional aos “rolezinhos” ou passeios de jovens moradores de periferias nos shoppings da elite paulistana. Teresa Caldeira (2014) afirma que tal circulação procura a transgressão e demonstra que já não existem formas claras de estabelecer hierarquias. Graças à expansão do consumo, jovens da periferia vestem roupas e possuem celulares que não são diferentes daqueles usados pelas pessoas das classes abastadas. As maneiras de diferenciar uma classe da outra perderam a definição, restando apenas marcas como a “raça”, que tampouco são claras. Conforme descreve Teresa Caldeira, famílias afrodescendentes podem ser vistas lanchando em praças de alimentação de shoppings. A falta de aspectos que permitam uma demarcação clara cria ressentimento naqueles que escrevem frases pejorativas em blogs contra os participantes dos “rolezinhos” de 2014 ou, como no caso do poema, em versos como “eles não são exatamente gente”.

O verso “eles não são exatamente gente” também permite fazer uma leitura do modo como essa população pobre e racialmente subordinada é retratada no poema em relação ao golpe. Em versos como: “a voz dos pobres, dos pretos, dos índios / é divertida / a voz do usurpado, banguela, mal fala / divertida / a voz do peão nordestino puta bicha bandido drogado sapata traveco morador de rua / divertido / quando horrorizada, essa voz é divertida” (p. 13), há uma ridicularização das pessoas em situações de precariedade ou que não se conformam com os padrões heteronormativos, do branco e da posse de bens e dinheiro. A voz dessas pessoas não pode ser levada a sério porque é engraçada, sobretudo sob ameaça, quando o tom muda para “horrorizado”. Também são ridicularizadas as políticas em relação a essas pessoas e as atividades que desempenham para sobreviver: “o salário mínimo do peão, a carteira de trabalho da

empregada / doméstica / divertidos / ingênuos, ridículos / conduzindo jegues, pronunciando ‘conzinha’ / eles são, todos sabem disso, divertidos para caramba” (p. 14). Como são desumanizadas, essas pessoas são suscetíveis ao riso, à zombaria, não ao respeito e ao reconhecimento. O escárnio se combina ao horror: “o ditador comenta / e ri / é aplaudido [...] / fala em defesa da família” (p. 14). Estes versos, seguidos de “eles não são gente”, são uma alusão à política da ditadura de eliminar qualquer opositor à “gente de bem”.

É significativo que aquele que pronuncia “eles não são gente” o faz a partir do discurso político, da recorrência a uma “gente de bem” que, como classe média e elite conservadora, apoia as dinâmicas que mantenham o controle e silenciem a voz dos pobres e das diversas identidades sexuais e raciais. O ditador representa a voz mencionada como externa, mas que, na verdade, simboliza “a promessa” do golpe. Versos como: “Hoje é / um novo / dia / de / um novo tempo / que / começou / alvissareiros dias / tudo se encaixando novamente em seu / perfeito / lugar de origem” (p. 15) mostram, com ironia, como o golpe atingiu o objetivo perseguido pelos protagonistas do poema: ordem sempre ansiada, porque é “um perfeito lugar de origem”. De maneira que o fechamento do poema volta claramente às mencionadas classes média e alta, que, desde o começo, foram mostradas como agentes do golpe, a despeito da suposta e silenciosa passividade.

Literariedade e individualidade: outras possíveis leituras

A literariedade, como excesso de palavras, representa uma interrupção da ordem, na medida em que foge da regra e do desejo de clareza e univocidade. Através de tecidos textuais de vários níveis, a poesia possibilita a aparição da ambiguidade e uma densidade que faculta a emergência de vozes que contestam o lugar-comum,

a linguagem unilateral. No caso do poema “todos sabem”, a noção rancieriana de literariedade facilita a emergência da democracia como “forma de subjetivação da política” (Rancière: 1996, 102). Assim, esse poema, como todos os poemas da antologia, dá forma a essa maneira subjetiva de interromper uma ordem dada por meio da expressão de uma voz contrária. A ironia, como expressão dessa quebra, aparece, por exemplo, em meio a hífen e entre as duas seções do poema. Versos como: “a infâmia abateu o país? / estamos vivos, inabaláveis, inamovíveis na firme rotina” (p. 13) apresentam essa posição de rejeição à falta de ação que tolerou e promoveu o sucesso do golpe. Também a maneira como são retratadas as pessoas pobres, negras, moradoras de rua, por meio da alusão a um discurso político da parte do ditador, mostra a face violenta da ideologia que permitiu o golpe e suprime a diferença.

A individualidade também aparece na ideia de rotina inquebrantável, que o autor questiona. O verso “estamos vivos, inabaláveis, inamovíveis na firme rotina” (p. 13) lembra o começo do poema, com essa lista de ações que cada pessoa desempenha sem levar em conta uma perspectiva de comunidade: “as pessoas jantam, guardam a louça, tomam café etc.” (p. 13). Mesmo que o plural apareça, trata-se de ações corriqueiras, levadas a cabo pela totalidade das pessoas. Já uma perspectiva de comunidade envolveria a causa comum ou a consciência de que o mesmo problema está afetando mais de uma pessoa ou um pequeno grupo. Através dessa consciência, seria possível procurar alguma solução que, se pensarmos nos termos rancierianos de política como espaço de expressão que interrompe práticas dadas e estabelecidas, viria da realização de passeatas, marchas e protestos com um objetivo comum. Porém, essa individualidade, ao mesmo tempo que permite a subjetivação

das necessidades, obstaculiza a existência de uma identidade política comunitária. Segundo Zygmunt Bauman,

o empecilho é que atualmente os problemas comuns dos indivíduos não são cumulativos com os de outras pessoas. Simplesmente não viram uma “causa comum”. Desde o começo, estão moldados de uma maneira que não permite que as bordas ou “interfaces” se encaixem com os problemas das outras pessoas. Os problemas podem ser semelhantes [...], mas, à diferença de antigamente, já não formam uma “totalidade maior que a soma de suas partes” e não podem ser manipulados de acordo com a maneira como são confrontados (2001, 48; tradução nossa).

A noção de que os problemas das pessoas são um problema comum que, disposto em diversos cenários visíveis, pode causar uma mudança leva à emergência de uma identidade política. Para Bauman, a atomização da sociedade é totalmente contrária a uma identidade política coletiva. A partir dessa perspectiva, o poema de Adriano de Almeida também pode ser lido como uma queixa frente ao individualismo, que, manifestado na rotina, não permite identificar um problema comum. De alguma maneira, essa individualidade lida com a rotina das pessoas, a qual, segundo o poema, pode ser vista igualmente nos acontecimentos de 2013. Os protestos desse ano também se caracterizaram pela subjetivação extrema das reivindicações dos participantes. Seguindo a leitura de Bauman, nos dois casos haveria carência de identidade política. Porém, realmente haveria falta de identidade política?

Contrariamente às ideias de Bauman, é possível encontrar uma identidade política no poema “todos sabem”. Ela não é formulada em termos da coletividade, mas como aprovação individual do golpe, a partir da falta de ações que lhe fossem contrárias. Essa leitura é possível porque no poema aparecem basicamente uma classe abastada e um ditador que aproveita os medos dessa mesma classe em relação à participação e à inclusão daqueles que não a integram. Nesse sentido, é plausível argumentar que o poema deixa de fora outros atores e tipos de manifestação cultural, além de movimentos que vêm reivindicando inclusão e participação. Entre esses outros locais e atores estão as periferias, a literatura marginal e, inclusive, o rap. Justamente aqueles vistos como “os que não são gente”. Os “rolezinhos” e seu efeito desestabilizador foram mencionados como parte das manifestações que, através da circulação pela cidade e por espaços tradicionalmente associados às classes média e alta, visam à apropriação da cidade. Em todo caso, faltaria analisar essas outras expressões e seu impacto numa possível expansão da democracia, que, em termos rancierianos, equivale ao aparecimento de uma voz que contribui para o espaço político, entendido como local de confrontação e “instituição de sujeitos que não coincidem com partes do Estado ou da sociedade, sujeitos flutuantes que transtornam toda representação dos lugares e das parcelas” (Rancière: 1996, 104). O poema de Almeida atinge esse transtorno das parcelas graças ao uso da ironia e da ridicularização das camadas menos favorecidas da sociedade brasileira.

Conclusão

Golpe: antologia-manifesto, como coletânea integrada por diversos autores, que se expressam por meio de quadrinhos, poemas,

fotografias, relatos e cartas, propõe uma leitura inovadora da poesia após o golpe parlamentar. Através do prefácio como declaração política que revela a posição da poesia como “inimiga do golpe” e do poema “todos sabem”, foram analisadas camadas de significação em que aparecem as possíveis dimensões nas quais tanto o prefácio quanto o poema contribuem para a democracia e sua expansão. Primeiramente, impôs-se salientar que a afirmação de Tiburi de que “a poesia é inimiga do golpe” não obedece somente a uma proposta temática. Graças a Aristóteles, a linguagem poética representa um ideal democrático, na medida em que possibilita a expressão de diversos pontos de vista, colaborando, assim, com a deliberação democrática. De maneira que não há muita distância conceitual entre uma leitura da relação entre a poesia e a democracia segundo Aristóteles e a concepção rancieriana de literariedade. Graças a esta última, como “excesso de palavras” que interrompem as regras do que se considera “adequado” na linguagem, as duas peças poéticas foram lidas não só como interrupção do dado como regra ou *status quo*, senão como reconfiguração do espaço já dado. Esse *status quo* ou “espaço já dado” corresponde às circunstâncias e identidades políticas que, segundo nossa leitura do poema, possibilitaram o golpe, entre elas, as classes média e alta tradicionais, que foram contrárias à expressão da diversidade e aplaudem as ideias de repressão e controle de um ditador.

Outro elemento central de nossa análise de como *Golpe: antologia-manifesto* contribui para a expansão da democracia se relaciona com a definição desse conceito por Rancière. No poema, há um “transtorno na representação dos lugares e das parcelas” na ironia com que o autor questiona a convivência das classes média e alta, percebida na falta de ação e na continuação de uma rotina e

no tratamento dispensado às pessoas pobres ou com identidades diferentes do padrão branco e heteronormativo. Por meio da maneira como essas pessoas são retratadas, amplia-se a consciência sobre elas, deslocando-as da falta de lugar. Assim, o poema não obra pela vitimização, mas pela revelação de uma estrutura que possibilitou o golpe como evento invasivo de todas as esferas no Brasil contemporâneo.

Referências

- ALMEIDA, Adriano de. “todos sabem”. In: RÜSCHE, Ana; KINZO, Carla et al. *Golpe: antologia-manifesto*, pp. 11-6. Disponível em <<https://pt.calameo.com/books/0048308734bb1da54804c>>. Acesso em 14 de junho de 2016.
- BAUMAN, Zygmunt. *The individualized society*. Cambridge: Polity Press, 2001.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. “Qual a novidade dos rolezinhos? Espaço público, desigualdade e mudança em São Paulo”. *Novos Estudos CEBRAP*, n° 98, mar. 2014, pp. 13-20. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002014000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 14 de junho de 2018.
- MOUFFE, Chantal. *The democratic paradox*. Londres: Verso, 2002.
- RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento*. Tradução de Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 1996.
- _____. *Disagreement*. Tradução de Julie Rose. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.
- _____. “Dissenting words: a conversation with Jacques Rancière”. *Diacritics*, v. 30, n° 2, 2000, pp. 113-26.
- TIBURI, Marcia. “Prefácio”. In: RÜSCHE, Ana; KINZO, Carla et al. *Golpe: antologia-manifesto*, pp. 6-10. Disponível em <<https://pt.calameo.com/books/0048308734bb1da54804c>>. Acesso em 14 de junho de 2016.
- WILSON, James Lindley. “Deliberation, democracy, and the rule of reason in Aristotle’s Politics”. *American Political Science Review*, v. 105, n° 2, maio de 2011, pp. 259-74.

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar como o “Prefácio”, de Marcia Tiburi, e o poema “todos sabem”, de Adriano de Almeida, da coletânea *Golpe: antologia-manifesto*, revelam estruturas e identidades políticas que subjazem ao golpe parlamentar de 2016 e contribuem para a expansão da democracia. Nesse sentido, propomos a leitura do prefácio como uma expressão política e do poema como uma proposta de deslocamento de lugares e parcelas (Rancière: 1996). Assim, através dos conceitos rancierianos de literariedade e democracia, procuramos salientar a função da poesia como lugar que facilita a deliberação democrática e como espaço de expressão que busca criar consciência e enriquecer a reflexão sobre os eventos que levaram ao afastamento da presidente Dilma Rousseff.

Palavras-chave: literariedade; democracia; poesia; golpe parlamentar de 2016.

Abstract

This essay aims to analyze how the “Preface” written by Marcia Tiburi and the poem “todos sabem” written by Adriano de Almeida, both included in the anthology *Golpe: antologia-manifesto*, reveal structures and political identities underlying the parliamentary coup of 2016 and, also, collaborate with the expansion of democracy. In that sense, the preface is read as a political expression, and the poem as a proposal that displace[s] “identities as far as part of the state or of society go” (Rancière: 1999, 100). Therefore, through the Rancierian concepts of literarity and democracy, this paper intends to stress the function of poetry as a place that promotes democratic deliberation and as an expression that raises awareness and contributes to a critical reflection about the events that helped the ousting of the president Dilma Rousseff.

Keywords: literarity; democracy; poetry; parliamentary coup of 2016.